

TURISMO E TERRITÓRIO: A CONTRIBUIÇÃO DAS POLÍTICAS DE TURISMO AO PÓLO VELHO CHICO/SE

TOURISM AND TERRITORY: A REFLECTION ON THE INFLUENCE OF POLICIES FOR TOURISM IN POLE OLD CHICO / SE

Lillian Maria de Mesquita Alexandre

Turismóloga, Professora Mestre, Pesquisadora do CNPq, Professora da Universidade Federal de Sergipe – Núcleo de Turismo (UFS/NTU)
lillian_mesquita@hotmail.com

Luzia Neide Coriolano

Professora Doutora, Pesquisadora do CNPq, Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará
luzianeidecoriolano@gmail.com

RESUMO

As Políticas de Turismo voltadas ao desenvolvimento de territórios, como pólos indutores do turismo, ganha espaço de discussão nos Estados brasileiros, como alternativa de desenvolvimento sócio, econômico e ambiental. Em Sergipe, a criação do Polo Velho Chico se apresenta como uma inserção ou tentativa de inserir as práticas de uma política de turismo que venha a dar consistência nas ações previstas nesta política que converge com o Plano Nacional de Turismo 2007-2010. O Estudo investiga as peculiaridades da implantação dessas ações políticas no território-polo de desenvolvimento mais fomentado no estado. Conclui-se que esse novo arranjo territorial turístico do ponto de vista do trato de outros municípios poderá beneficiar toda a região em que o Polo está inserido, da mesma forma que apresentará resultados de uma prática de políticas públicas em Sergipe eficaz e real.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas de Turismo, Polo Velho Chico, Território.

ABSTRACT

Tourism policies aimed at the development of territories as polar inducers of tourism, have gained space for discussion in the Brazilian states, as an alternative to socio, economic and environmental development. In Sergipe, the creation of the Polo Old Chico is presented as an insertion or attempt to insert the practices of a tourism policy that will give consistency in the actions envisaged in this policy, which converges with the National Tourism Plan 2007-2010. The study sought to register the how the particularities of the implementation of these actions on the territory-polo encouraged more development in the state. We conclude that this new territorial arrangement will benefit the entire region in which Polo is located and that it will present results of a real and effective practice of public policy in Sergipe .

KEYWORDS

Public Policy for Tourism, Polo Velho Chico, Territory.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o turismo ganhou destaque como uma das atividades que mais cresce no Brasil, associada à suas belezas cênicas, patrimônio cultural e a hospitalidade de seu povo. Seus Estados procuram investir na melhoria de sua infraestrutura por meio da elaboração de Políticas de Turismo, através da preparação de programas e estratégias capazes de desenvolver o setor turístico e reorganizar seus espaços,

Apoiados no discurso da criação de alternativas ao desenvolvimento sócio-urbano implantam, juntamente a esses novos cenários de atividades turísticas e de lazer, espaços de moradia, centro de convenções, parques, dentre outras, gerando novos arranjos territoriais geradores de impactos na sua estrutura sócio-espacial que devem ser analisados em suas vertentes - ambiental, social, econômico, político e cultural.

Não seria diferente em Sergipe, Estado que desponta no cenário turístico nacional, por apresentar características singulares em virtude de alguns atrativos turísticos e culturais, dentre eles o instigado pelo Rio São Francisco. Assim, este estudo visa apresentar reflexões iniciais acerca da implantação do Polo Velho Chico como um veículo de desenvolvimento e implantação de políticas públicas de turismo em Sergipe.

Os procedimentos metodológicos foram apresentados constaram da análise de documentos oficiais relacionados ao Polo Velho Chico possibilitando a análise das características gerais do projeto, o espaço beneficiado e as ações a serem implantada; e de visitas ao campo a fim de identificar as ações realizadas na instalação do Polo.

2. O TURISMO E OS IMPACTOS

O turismo, enquanto atividade que ocorre em um determinado espaço, com características socioculturais e econômicas singulares, determina um tipo de ocupação e de impactos que necessitam ser administrados de forma eficiente, sob o risco de ser altamente danoso ao ambiente em que se desenvolve.

2.1. IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO

A história do turismo indica com clareza que o ambiente dos lugares tem contribuído ao nascimento e progresso do turismo. Lugares excêntricos, climas agradáveis e traços únicos de paisagens têm feito uma influência importante no patrocínio de específicas localidades, regiões ou países. O ambiente da região anfitriã exerce uma atração para que o turista a visite e oferece coisas que este busca e necessita (MATHIESON, et al., 1990).

O ambiente, seja ele natural ou artificial, é o ingrediente mais fundamental do produto turístico. Entretanto, no momento em que a atividade turística acontece, o ambiente é inevitavelmente modificado, seja para facilitar o turismo ou durante o processo turístico. (COOPER, 2001).

Os impactos ambientais associados ao desenvolvimento turístico também podem ser considerados em termos de seus efeitos diretos, indiretos e induzidos. Os impactos podem ser positivos ou negativos. Não é possível desenvolver turismo sem que ocorram impactos ambientais, mas é possível, com o planejamento correto, gerenciar o desenvolvimento turístico com o objetivo de minimizar os impactos negativos ao mesmo tempo em que se estimulam os impactos positivos.

Pelo lado positivo, os impactos ambientais diretos associados ao turismo incluem:

- A preservação e a restauração de monumentos antigos, locais e prédios históricos;
- A criação de parques nacionais e parques de vida selvagem;
- A proteção de recifes e praias;
- A manutenção de florestas.

Além disso, as situações de crises e estresses de um destino têm dado lugar à aprovação de medidas de conservação e melhoria da qualidade ambiental, tendo em vista que um entorno bem-conservado tem valor real para a atividade turística e, portanto, para a economia local e nacional. O turismo pode contribuir para a revalorização do entorno local e nacional, assim como para a revalorização do entorno natural de uma região. Como afirma Mathieson e Wall (1982 apud OMT, 2001: 233). “é difícil determinar o grau de responsabilidade única do turismo na adoção e na expansão de medidas de conservação, ainda que seja evidente que a atividade turística exerce um papel muito importante”.

No lado negativo, o turismo pode ter impactos ambientais diretos na qualidade da água, do ar e nos volumes de ruído. Os esgotos que são jogados na água irão aumentar os problemas de poluição, o mesmo acontecendo com o uso de barcos a motor em vias aquáticas. O aumento no uso de motores de combustão interna para o transporte de turistas, a queima de óleo para fornecer energia para o ar condicionado e para as unidades de refrigeração de hotéis diminuirão a qualidade do ar. Níveis de ruído podem aumentar significativamente em áreas urbanas em razão de casas noturnas e outras formas de entretenimentos, assim como por causa do aumento no tráfego rodoviário, ferroviário e aéreo. (COOPER, 2001: 185)

A deteriorização física dos ambientes naturais construídos pode ter consequências sérias:

- A caça e a pesca têm impactos óbvios no ambiente selvagem;
- As dunas de areia podem ser danificadas e sofrer erosão pelo uso demasiado;
- A vegetação pode ser destruída por caminhadas;
- Fogueiras de acampamento podem destruir florestas;
- Monumentos antigos podem ser desfigurados e danificados por pichações, sofrer erosão ou ser levados por turistas;
- A construção de uma estrutura turística utiliza imóveis que podem, ocasionalmente, prejudicar a estética;
- Lixo em locais impróprios pode danificar a qualidade estética do ambiente e prejudicar a vida selvagem;

- Pode haver degradação do patrimônio cultural local e a perda do senso de identidade cultural caso haja a comercialização e a modificação indevidas das artes, do artesanato e das tradições locais. A imitação de alguns padrões comportamentais dos turistas, pelos autóctones. Haverá também perda econômica se a maioria dos produtos utilizados no turismo for importada de outra região, embora a importação de mercadorias e serviços possa ser necessária em alguns lugares que disponham de poucos recursos locais.
- A geração de benefícios econômicos às comunidades e aos residentes locais pode ser limitada caso muitas pessoas de fora estejam empregadas no turismo e aos empreendimentos turísticos sejam, em sua maioria, de propriedade ou administrados por pessoas de fora.

O turismo e o meio ambiente são intimamente inter-relacionados. O ambiente construído e natural oferece muito dos atrativos para os turistas, e o desenvolvimento turístico é capaz de causar todos esses impactos acima descritos, passando para a sustentabilidade das ações a melhor maneira de minimizá-los e isso parte de um processo de estruturação no planejamento da atividade.

2.2. IMPACTOS SOCIOCULTURAIS DO TURISMO

O impacto sociocultural do turismo é manifestado através de uma gama enorme de aspectos, desde as artes e o artesanato até o comportamento fundamental de indivíduos e grupos coletivos. Os impactos podem ser positivos, como nos casos em que o turismo preserva ou mesmo ressuscita as habilidades artesanais da população, ou aumenta o intercâmbio cultural entre duas populações diferentes. Os impactos também podem ser negativos, como a comercialização ou a degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias rituais da população anfitriã. Os impactos podem prejudicar também o intercâmbio cultural, apresentando uma visão limitada e distorcida de uma das populações (COOPER, 2001)

Há uma série de maneiras pelas quais se podem examinar as relações entre o desenvolvimento do turismo e as mudanças socioculturais e socioeconômicas. O desenvolvimento do produto turístico está inseparavelmente vinculado à contribuição que pode dar ao desenvolvimento econômico geral. Na verdade, a relação entre desenvolvimento turístico e desenvolvimento econômico geral pode ser estudada sob o título de dependência ou teoria centro-periferia, que está relacionada ao enriquecimento de áreas metropolitanas à custa de áreas periféricas subdesenvolvidas.

2.3. IMPACTOS ECONÔMICOS DO TURISMO

A atividade turística é baseada em serviços e, como tal, foi parcialmente responsável pelo crescimento deste setor. Nos países em desenvolvimento, segundo afirma Cooper (2001), o setor de serviços é responsável por cerca de 40% do Produto Interno Bruto, enquanto nas economias desenvolvidas ou industrializadas, ele é responsável por mais de 65% do PIB.

O turismo, como um elemento importante da economia de serviços tem sido, por algum tempo, elogiado por seu crescimento contínuo e rápido. Para tanto, é importante mencionar o significado econômico do turismo, que é determinado não apenas pelo nível de atividade turística que está acontecendo, mas também pelo tipo e pela natureza da economia em questão.

Ele pode ser avaliado em termos da proporção do total global de visitantes que pode ser atribuída a países individuais, já que assim a importância relativa de cada país na determinação do volume das

viagens em termos mundiais pode ser avaliada. Por outro lado, o significado do turismo pode ser examinado com relação à importância da atividade para a economia de cada local.

Beni (2001) ressalta que o turismo visto como atividade econômica compreende uma série de serviços que são oferecidos ao viajante, que se desloca de sua cidade de origem e permanece em outra destinação por motivos profissionais, férias, negócios, atividades esportivas, de saúde, assuntos de família, culturais, ou por qualquer outra razão.

Continua Beni (2001) afirmando que o conjunto de serviços efetivamente colocados no mercado constitui a cadeia de sua produção, distribuição, consumo e valor. Analisa as alternativas de utilização dos recursos existentes para a produção turística nos destinos turísticos, a distribuição e circulação de renda gerada pela atividade e como e por que se processam os períodos de expansão e retratação dos fluxos nacionais e internacionais de turistas.

É através deste efeito multiplicador que podemos reafirmar a tendência de crescimento que se almeja através da atividade turística, uma vez que ela movimentada com toda a cadeia produtiva que gera uma mudança no nível de demanda final para o produto de um setor que afetará não somente a empresa que produz o bem/serviço final, mas também outros setores que fornecem bens/serviços para aquele setor, bem como os setores que funcionam como seus fornecedores (COOPER, 2001: 166).

O turismo, afirma Beni (2001), é manifestação de contínua atividade produtiva, geradora de renda, que se acha submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção. Por outro lado, provoca indiretamente acentuadas repercussões econômicas em outras atividades produtivas através do efeito multiplicador.

Neste processo apresentado por Beni, o turismo interage com uma série de elementos que o envolvem, como num processo industrial, onde há um início, que seria a extração da matéria-prima, ou seja, a localidade com seu potencial.

Num segundo momento, a preparação da embalagem, da adequação deste novo “produto” para o consumo. Entra neste momento a questão da adequação da localidade para a chegada do turista, do consumidor.

E por último, a distribuição desse produto, com o consumo deste turista. O processo passa a ser o da comercialização do destino, promovendo a distribuição e circulação da renda e a geração de empregos para a comunidade local (que se insere diretamente agora no processo). Surge também os reflexos desta atividade nas localidades em questão.

3. A IMPORTÂNCIA DO ESTADO NO PAPEL DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

No que diz respeito ao turismo, Cunha (2001) descreve que contrariamente à evolução verificada nos setores restantes, a intervenção do Estado limitou-se durante muitos anos à promoção internacional e à criação de estímulos ao seu desenvolvimento por se reconhecer que sendo um importante meio de obtenção de divisas, ajudava a vencer as dificuldades econômicas e a financiar o processo de desenvolvimento.

Entretanto, alguns setores formuladores de política econômica não reconheciam o turismo como atividade econômica e sua modesta dimensão não justificavam intervenções significativas, fazendo com que o grau de exigência em termos de gestão não merecesse cuidado especial.

Dentre os vários processos pelos quais a atividade turística passou em sua evolução, foi possível que as próprias orientações políticas dos governos sofressem alterações significativas, levando a importantes mudanças na eleição das suas áreas de intervenção e de papel do turismo: enquanto até o final dos anos 60 o mais importante objetivo atribuído ao turismo foi o de contribuir para aumentar os ganhos em divisas e atenuar os déficits cambiais, a partir dos anos 70 e 80, passou a considerar-se que um de seus atributos mais importantes é o de ajudar a recuperar o atraso das regiões menos desenvolvidas ou em declínio, dando-se, ao mesmo tempo, uma grande ênfase à criação dos empregos que garante. (CUNHA, 2001)

Atualmente, afirma Cunha (2001), que além das dimensões econômicas, realçam-se também, as dimensões culturais, políticas, sociais e ambientais do turismo que devem merecer uma maior atenção por parte do Estado. Com efeito, lhe é reconhecido um importante papel na conservação e valorização do patrimônio cultural e ambiental e, ao mesmo tempo, um instrumento de enriquecimento cultural e social das populações, não só dos viajantes, mas também dos residentes, através da criação de formas de lazer susceptíveis de responderem aos anseios individuais e coletivos. Em alguns casos, contudo, o turismo pode ser também um agente de perversão social e cultural (aculturação, turismo sexual) e de degradação do ambiente e do patrimônio cultural, o que também exige uma intervenção dos poderes públicos.

No domínio político, explica Cunha (2001), o turismo desempenha cada vez mais um fator estratégico de relacionamento internacional, podendo construir um instrumento dos Estados, em particular, na ajuda ao seu desenvolvimento econômico ou na atenuação dos desequilíbrios financeiros entre eles. Por sua vez, as dimensões econômicas tradicionalmente apontadas ao turismo limitavam-se, a evidenciar os ganhos em divisas, os seus efeitos multiplicadores e a criação de empregos, mas atualmente, sua importância é reconhecida através da diversificação econômica, no desenvolvimento regional e no estímulo de investimentos não diretamente relacionados com o setor. Por último, o que determina a realização de uma viagem não é tanto o consumo de bens e serviços produzidos pela iniciativa privada como a hospedagem, a diversão ou alimentação, mas sim, na maior parte dos casos, o desfrute de experiências dependentes de fatores naturais, culturais e sociais que se inscrevem na esfera de atuação do Estado a quem cabe à responsabilidade de velar pela sua preservação e valorização.

Rubies (2001), menciona que ao se imaginar as metas principais implementadoras de uma estratégia de desenvolvimento de destino turístico, um dos principais objetivos é melhorar a qualidade de vida da população e o território onde a experiência ocorre.

No momento em que houver uma relação harmônica entre o meio ambiente e o turismo, surgirá a sustentabilidade como um mediador importante nesse processo, existindo dessa forma elementos que possibilitarão uma utilização futura desses recursos.

4. OS POLOS DE TURISMO E A REALIDADE DE SERGIPE

Uma região turística é um espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de ser articuladas e que definem um território, delimitado para fins de planejamento e gestão. Assim, a integração de municípios de um ou mais estados, ou de um ou mais países, pode constituir uma região turística. Já o Polo é uma maneira de ordenar e priorizar regiões no que se refere a algum critério de desenvolvimento econômico, social ou ambiental. (ALEXANDRE, 2003: 56)

Nesse contexto, os Polos de Turismo foram uma iniciativa empresarial do Banco do Nordeste cujo principal objetivo era promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo em mesorregiões vocacionadas, sob a ótica do empresariado, através da formação de parcerias empreendedoras que permitam a mobilização e integração dos atores locais envolvidos com a gestão e a organização da atividade turística (ALEXANDRE, 2003: 56)

Os Polos se materializam a partir da instalação dos Conselhos de Turismo, que, coordenados pelo Banco, se constituem espaços sistematizados para planejar, deliberar e viabilizar iniciativas que concorram para o desenvolvimento do setor, caracterizados por forte senso de corresponsabilidade, pois contam com a participação efetiva de diversos segmentos econômicos e sociais (governo federal; governos estaduais e municipais; terceiro setor - ONGs ambientais/sociais, universidades, associações comunitárias; setor privado - entidades de classe, trade turístico, sistema "S"). (ALEXANDRE, 2003: 56)

Com esse intuito, os polos iniciaram como sendo uma interessante proposta de validação das ações de implementação através destes investimentos do PRODETUR/NE I nos municípios.

PRODETUR/NE I teve como objetivo principal consolidar o Nordeste como destino turístico. Para tanto, programou uma considerável quantidade de ações em infraestrutura que possibilitassem a viabilização de empreendimentos turísticos na região por parte da iniciativa privada em Polos de Desenvolvimento Integrado de Turismo, distribuídos pelos diversos estados do Nordeste.

Em Sergipe, assim como os demais estados nordestinos, aderiu ao PRODETUR-NE por meio do Programa de Polos Turísticos de Sergipe, buscando otimizar a aplicação dos recursos públicos e privados na complementação das intervenções realizadas pelo PRODETUR.

A estratégia concebida para o desenvolvimento do turismo no Estado, no âmbito do PRODETUR, foi centrada na visão interdependente das ações ligadas aos diversos setores da economia e seus impactos em termos de geração e renda.

As delimitações dos Polos se baseiam em afinidades ambientais e socioculturais que estabelecem conexões e permitem sua espacialização.

Sob esta regra de afinidades, foi identificada a faixa do território sergipano que pertence à bacia do rio São Francisco como uma das regiões com potencial promissor ao desenvolvimento turístico.

No caso do Polo Velho Chico, o grande marco que confere ao seu ambiente uma cadência socioambiental, cultural e econômica que conecta toda a região é o próprio rio, que sobressai a outras características peculiares, fortalecendo os laços que congregam os 17 municípios que o compõe.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Abrangendo 17 municípios do norte do estado de Sergipe, diretamente relacionados, em sua maioria, ao rio São Francisco. Trata-se de região de beleza natural exótica e singular, e heterogênea do ponto de vista socioeconômico e cultural, onde a atraente paisagem fluvial se juntam as condições de navegabilidade do rio como importante elemento articulador desse conjunto.

O Polo Velho Chico está localizado na região Nordeste do Brasil, no norte do estado de Sergipe, divisa com Alagoas e abrange os municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes, Canhoba, Amparo do São Francisco, Telha, Cedro de São

João, Própria, Japoatã, Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória, grande parte deles banhado pelas águas do rio São Francisco. Esse conjunto de 17 municípios abriga cerca de 230 mil habitantes.

Caracterizados especialmente pela alta diversidade natural e cultural (vegetação, clima, relevo, solo, manifestações culturais, funções urbanas e rurais) em pouco espaço territorial, os municípios, por sua singularidade, possuem grande potencial turístico.

O principal destino turístico desenvolvido e consolidado na região do Polo Velho Chico fica no município de Canindé de São Francisco.

A maior parte dos municípios que constituem o Polo Velho Chico está às margens do rio São Francisco, apresentando um contexto paisagístico muito atrativo, que possibilita estabelecer uma estrutura de navegação com possíveis rotas de passeios turísticos

Essa forma de atuação sobre o território, obtida a partir do diagnóstico estratégico construído tecnicamente e com a participação da sociedade, revela áreas de intervenção prioritária e orienta a definição das Estratégias de Desenvolvimento Turístico do Polo Velho Chico, onde são priorizadas metas, ações e investimentos necessários à complementação das ações do PRODETUR Nacional, segundo cinco componentes – Produto Turístico, Comercialização, Fortalecimento Institucional, Gestão Ambiental e Infraestrutura e Serviços –, que fornecem alicerce ao desenvolvimento e consolidação da atividade turística no Polo Velho Chico.

Pressuposto fundamental para o desenvolvimento do turismo é o respeito à capacidade de suporte de seus recursos, considerando que esses recursos são base para a conquista de visitantes.

Não há no Polo estudos sistematizados e que armazenem série histórica com dados específicos da região que possam constituir indicadores de sustentabilidade confiáveis e reflitam os limites da atividade turística quanto à saturação dos equipamentos, à degradação do meio ambiente ou à redução da qualidade da experiência turística.

Contudo, o Polo Velho Chico tem apenas um destino turístico desenvolvido e consolidado no município de Canindé de São Francisco e apresenta deficiências relacionadas a questões de infraestrutura urbana de saneamento, abastecimento de água e energia elétrica, qualidade do espaço urbano e sistema viário, aspectos importantes para a determinação da capacidade de carga da área turística.

Desse modo, para acompanhamento e avaliação não só da capacidade de suporte do destino turístico, mas das ações de propostas de ferramentas de planejamento, desde Planos de Desenvolvimento, até programas que possam verificar constantemente os dados, organização do espaço e consolidação das ações propostas dentro das ações de Política de turismo para o Estado, como foi possível perceber, ser prioridade.

6. CONCLUSÃO

As políticas de turismo são associadas às demais políticas setoriais afins do país. Todavia, a falta de infraestrutura desestimula em parte a iniciativa privada. Estes instrumentos, face à sua multiplicidade, podem criar dificuldades operacionais para as empresas que atuam no turismo. Sendo um setor novo e dinâmico, o turismo precisa ser constantemente analisado e avaliado para reformulação de suas políticas públicas.

É primordial, dessa maneira, observar que não se pode absorver uma ação estratégica de desenvolvimento regional como sendo a ação de políticas de turismo para a mesma, visto que seria fatal para a gestão do planejamento regional, uma vez que a gestão do Polo deve ser fomentada em um aspecto mais amplo do que apenas um roteiro, pois isso não irá estimular o crescimento do mesmo, atendendo aos 17 municípios, uma vez que não se estimula os arranjos produtivos locais e nem muito menos as cadeias produtivas aí existentes.

Entretanto, as ações dos polos deveriam ter como principal condutor, a iniciativa privada que promoveria as parcerias necessárias para consolidar os primeiros passos da Política Nacional de Turismo.

Mas o que foi possível identificar neste processo é que as parcerias e conseqüentemente, o assumir de responsabilidade não foi priorizado no processo de parceria proposto até então pelas ações voltadas ao turismo, tanto nos programas nas esferas federal, estadual e municipal, quanto pelo PRODETUR/NE I.

Dessa forma é que as políticas públicas de turismo são utilizadas para que a atividade turística venha a ser planejada de forma coerente e eficaz, quando diz respeito à busca do desenvolvimento local sustentável a partir da mesma.

REFERÊNCIAS

- ABLAS, L. A. Q. (1992), “Efeitos do Turismo no Desenvolvimento Regional”, *Turismo em Análise*, v. 2, n. 1, ECA/USP.
- ALEXANDRE, L. M. M. (2003), “Políticas públicas de turismo nos municípios ribeirinhos do Baixo São Francisco Sergipano”, *Dissertação de Mestrado: UFS, Avaliação do PRODETUR/NE I*.
- AZZONI, C. R. (1993), “Desenvolvimento do Turismo ou Desenvolvimento Turístico: reflexões com base em duas regiões atrasadas em São Paulo”, *Turismo em Análise*, v. 3, n. 1, ECA/USP.
- BECKER, D. F. (Org.) (1999), *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?*, 2. ed., EDUNISC, Santa Cruz do Sul.
- BENI, M. C. (2001), *Análise estrutural do turismo*, SENAC, São Paulo.
- COOPER, Chris. et. al. (2001), *Turismo: princípios e prática*, Artmed, Porto Alegre.
- CUNHA, Licínio. (2001), *Introdução ao Turismo*, Verbo, São Paulo.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti (1998), *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*, 2. ed., Futura, São Paulo.
- GOMES, G. M., SOUZA, RAMOS H. de, MAGALHÃES, A. R. (Orgs.) (1995), *Desenvolvimento sustentável no nordeste*, IPEA, Brasília.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT) (1994), *Desenvolvimento do turismo sustentável: Manual para organizadores locais*, Publicação de Turismo e Ambiente, 1. Ed., EMBRATUR, Brasília.
- MATHIESON, A., WALL, G. (1990), *Turismo: Repercursiones económicas, físicas y sociales*, Trillas Turismo, México.
- RUBIES, B. E. (2001), “Improving public-private sectors cooperation in tourism: A new paradigm for destinations”, *Tourism Review*, v. 56, n. 3/4.

RUSCHMANN, D. V. M. (1997), *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, Papirus, São Paulo.

SERGIPE. (2010), *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Velho Chico (versão preliminar)*, TECHNUM Consultoria, Brasília, outubro.